

## OS ÚLTIMOS FINS DO HOMEM NA OBRA DO PADRE MANUEL BERNARDES

MARIA LUCÍLIA GONÇALVES PIRES  
Universidade de Lisboa

Em 1728, dezoito anos após a morte do seu autor, saía da oficina de José António da Silva uma obra do Padre Manuel Bernardes intitulada *Os últimos fins do homem, salvação e condenação eterna*<sup>1</sup>. Em breve advertência preambular, anónima, informa-se o leitor de que esta obra ficou incompleta: "O Padre Manuel Bernardes (como se colhe de vários lugares desta obra) determinava acrescentar-lhe mais algumas causas gerais da reprobção das almas, o que não chegou a fazer, impedido de outras ocupações". Mas, apesar disso, decide-se a sua publicação, atendendo ao "fruto espiritual" que da sua leitura poderão tirar "pessoas de todos os estados".

Uma obra de publicação póstuma, portanto, como muitas outras deste autor (três dos cinco volumes da *Nova Floresta*, dois volumes de *Sermões e práticas*, e ainda *Estímulo prático* e *Paraíso de contemplativos*). Uma obra que, apesar de incompleta, aborda temas que são fulcrais (poderíamos mesmo dizer obsessivos) na doutrina espiritual exposta por Bernardes no conjunto da sua vasta produção bibliográfica.

Como obra de publicação póstuma, *Os últimos fins do homem* suscita naturalmente aquelas interrogações inevitáveis perante obras publicadas nestas circunstâncias; interrogações que se centram na questão de saber qual o grau de fidelidade do texto publicado à vontade do seu autor, qual o papel desempenhado pelo promotor da publicação. Em tempos de reduzidas pre-ocupações filológicas e de ainda mais reduzido respeito pela figura do autor

---

<sup>1</sup> *Os últimos fins do homem, salvação e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, na oficina de José António da Silva, 1728. Cito sempre por esta edição.

enquanto senhor da sua obra, mormente em textos cuja função doutrinal se sobreponha a considerações de qualquer outro tipo, é lícito interrogarmos acerca da autenticidade do texto que nos foi transmitido, atendendo ainda, neste caso concreto, ao relativamente longo lapso de tempo que decorre entre a morte do autor e a publicação da obra. Mas esta interrogação tem que ficar no plano das hipóteses inverificáveis, dado que deste texto, como aliás de quase todos os textos de Bernardes, não chegaram até nós versões anteriores às das primeiras edições. As exceções a esta situação são apenas os textos das *Meditações sobre os principais mistérios da Virgem*, de que existe um manuscrito (autógrafo) no A.N.T.T.<sup>2</sup>, e da *Direcção para ter os nove dias de exercícios*, cuja versão constante de manuscrito autógrafa existente na B.N.L. foi editada por J. S. da Silva Dias in *A Congregação do Oratório de Lisboa*<sup>3</sup>.

Assim sendo, limitemo-nos a ler o texto de *Os últimos fins do homem* tal como nos foi transmitido pela edição de 1728.

A obra apresenta-se dividida em duas partes. Na primeira trata-se "da singular providência de Deus na salvação das almas"; a segunda ocupa-se "das causas gerais da perdição das almas ou estradas comuas do reino da morte eterna".

A primeira parte é a mais especulativa e aquela em que são abordados os mais complexos problemas: a contradição entre a vontade divina de salvar todos os homens e a sua determinação de que nem todos se salvem; a tentativa de explicação da perdição dos réprobos na economia divina da salvação; o reduzido número dos eleitos em comparação com a multidão dos condenados; o problema da predestinação; a incerteza da salvação.

A segunda parte apresenta um carácter mais prático, ocupando-se o autor em apontar causas concretas da perdição de tantas almas. E as causas apontadas (o seu elenco ficou incompleto, como faz notar a advertência preambular) são: os maus magistrados, tanto civis como eclesiásticos, responsáveis pela condenação de muitos dos que deles dependem; os maus pregadores que, em vez do pão da palavra de Deus, ministram aos fiéis o veneno de discursos vãos; os maus pais, que não educam os filhos no temor

---

<sup>2</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ms da Livraria, n.º 1760.

Este códice tem a indicação de ser pertença da Livraria da Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório de Lisboa. A primeira folha contém uma declaração do P. Bernardo Lopes, Secretário da Congregação do Oratório, datada de 22 de Agosto de 1758, em que se afirma: "Este he o original das Meditações de N. Sr.<sup>a</sup> que compoz o P. Manoel Ber.<sup>as</sup> e da sua mesma letra." É nesta declaração que baseio a afirmação de este ser um manuscrito autógrafa.

<sup>3</sup> DIAS, J. S. da Silva — *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos primitivos*. Universidade de Coimbra, 1966.

de Deus. Esta última questão é minuciosamente analisada em função de vários erros que Bernardes denuncia e condena, seguindo bastante de perto a *Arte de criar bem os filhos*, do Padre Alexandre de Gusmão <sup>4</sup>.

Como referi anteriormente, em *Os últimos fins do homem* Bernardes retoma questões que são recorrentes em toda a sua obra. Dessas questões destaco as três que me parecem mais relevantes na caracterização do universo espiritual deste autor, a saber: a dicotomia salvação/condenação eternas, o reduzido número dos eleitos e a angústia perante a incerteza da salvação.

Analisemos estas três questões, não só na formulação que apresentam em *Os últimos fins*, mas também na sua presença recorrente nas outras obras.

## 1—A dicotomia salvação/condenação

A preocupação com os "últimos fins do homem", longe de ocorrer apenas na obra publicada com este título, constitui uma constante na obra de Bernardes. Os quatro novíssimos do homem constituem um núcleo temático de meditação que encontramos logo na primeira das obras que publica — *Exercícios espirituais e meditações da via purgativa* (1686) — e que voltamos a encontrar em *Pão partido em pequeninos* (1696).

A oposição céu/infemo, salvação/condenação eternas é o fulcro de toda a obra de Bernardes. Todas as questões que trata conduzem à consideração desta irreduzível antítese, a existência destas duas realidades antagónicas entre as quais não há meio termo.

*Exercícios espirituais e meditações da via purgativa* (1686) é uma obra construída em torno desta oposição. Os diversos temas de meditação ali propostos — a gravidade do pecado, as misérias da vida terrena e os quatro novíssimos — conduzem todos à consideração daquele binómio perante o qual se situa o destino do homem, sem hipótese de escapar a um ou outro dos seus termos. E Bernardes insiste, no seu estilo claro e terso, ora redundantemente didáctico, ora dramaticamente emotivo, nesta dualidade de destinos e na sua trágica oposição. A duração eterna, única característica comum a ambos, reforça ainda o abismo que os separa: suma felicidade *versus* suma desgraça.

A representação destes dois mundos (que muito deve à técnica inaciana da "composição de lugar") recorre a diversos processos retóricos, ten-

---

<sup>4</sup> GUSMÃO, Alexandre de — *Arte de criar bem os filhos*, Lisboa, na oficina de Miguel Deslandes, 1685.

dentes a tornar sensível, compreensível, quase visualizável o contraste entre eles. Assim, acumulam-se metáforas e alegorias, mas também descrições minuciosas desses mundos concebidos como lugares concretos. E se as descrições do céu, destino dos eleitos, assumem um carácter predominantemente simbólico, sendo o símbolo o processo considerado mais adequado à representação do mistério da felicidade inefável da visão de Deus, já as representações do inferno e dos seus tormentos recorrem a elementos concretos, impressivos no seu carácter sensorial. O primeiro desses elementos é o fogo — um fogo real e não metafórico, acentua Bernardes. E este fogo é referido de forma hiperbólica nos seus efeitos torturantes, paradoxalmente destituído da sua luminosidade, fogo tenebroso que arde, mas não brilha. Este e todos os outros tormentos que no inferno sofrem os condenados têm uma representação material, que afecta todos os sentidos. Até mesmo o sofrimento de carácter psíquico, como o remorso, é representado mediante imagens concretas, neste caso a imagem do bicho roedor da consciência. Estas descrições tornam-se ainda mais minuciosas e sensoriais quando Bernardes recorre a relatos de visões e revelações colhidos em hagiografias ou colectâneas de exemplos, o que acontece com muita frequência.

A este lugar de extremo horror e sofrimento, cuja caracterização ocupa o conjunto de meditações dedicado ao terceiro dos novíssimos do homem, mas que marca presença também nas restantes meditações, contrapõe-se a visão luminosa do céu, etéreo no simbolismo das suas representações, na espiritualidade da felicidade perfeita de que é o lugar.

E perante estes dois mundos, igualmente eternos na sua duração, se encontra o homem, no terror da incerteza do seu destino.

Também em *Pão partido em pequeninos* (1696; 2.<sup>a</sup> parte, 1708) o autor inclui meditações sobre os novíssimos. E as descrições do céu e do inferno constantes dessas meditações são reiteradas e prolongadas em duas longas narrativas: uma da "Visão rara e admirável que das penas do inferno teve a Venerável Madre Ana de Santo Agostinho, religiosa carmelita descalça"; outra da "visão prodigiosa" que a mesma religiosa teve "da glória que os bem-aventurados possuem no céu". Esta visão do inferno reaparece no *Estímulo prático para seguir o bem e fugir o mal* (1730), sendo aqui a narrativa seguida de longos comentários de Bernardes.

A reiteração do tema do destino eterno da alma, a insistência deste autor na representação do inferno e dos inúmeros caminhos que a ele conduzem são evidentes. Repetem-se os temas propostos à meditação dos leitores; repetem-se as advertências do autor; repetem-se igualmente narrativas de função exemplar destinadas a confirmar a doutrina exposta. Uma

reiteração que ocorre mesmo quando se trata de obras tão diferentes como são *Os últimos fins* e *Pão partido*. O carácter especulativo da primeira, com um lastro de erudição visível nas frequentes citações e remissões bibliográficas, visando leitores cultos e com responsabilidades no plano civil, eclesiástico ou familiar, contrapõe-se ao nível quase elementar em que são tratadas as questões em *Pão partido*. A estrutura dialogal desta obra, pondo em confronto um secular ignorante que interroga e um religioso que ensina e esclarece, é a mais adequada a esta exposição doutrinal, destinada expressamente "aos pequeninos da casa de Deus", isto é, aos simples e ignorantes como crianças ainda não instruídas nas verdades da fé. Mas a magna questão do destino eterno, da salvação ou condenação, é a fundamental em ambas as obras. À pergunta do secular de *Pão partido* "Que cousa é salvar-se?" corresponde o primeiro capítulo de *Os últimos fins* intitulado "Que cousa é salvação e em que consiste". Difere o grau de desenvolvimento dado às questões, o nível de especulação, e também o tom assertivo, catequético de uma em contraste com a formulação problemática que por vezes ocorre na outra.

De facto, na primeira parte de *Os últimos fins*, o autor debate-se com alguns dos mais complexos problemas em torno da doutrina da salvação, da predestinação: "Que Deus a todos os homens quer salvar, porém não convinha que salvasse a todos" (cap. II), ou "Convinha que Deus permitisse a perdição de muitas almas" (cap. V). Como compatibilizar a bondade de Deus e a sua vontade salvífica com a perdição de tantas almas? Como explicar as "conveniências" dessa perdição? Como compreender que Deus conceda a graça da salvação a uns e a negue a outros? E qual o papel da vontade do homem na escolha do seu destino eterno?

Bernardes, sabemo-lo bem, é um espírito avesso a especulações teológicas. Aqui vemo-lo enunciar os problemas, dar-lhes respostas sucintas que bebe em fontes de indiscutível ortodoxia. Em primeiro lugar, Santo Agostinho, presença dominante em quase todas as suas obras, como acontece aliás com tantos outros autores seiscentistas. Depois S. João Crisóstomo. Estes dois autores são os mais citados nesta primeira parte. De outros, cuja presença é menos notória, destaco Francisco Suarez e o seu tratado *De divina predestinatione et reprobatione*<sup>5</sup>. Trata-se de uma presença que não surpreende, se lembrarmos que a maior parte dos textos citados por Bernardes no conjunto da sua obra são de autores da Companhia de Jesus.

Mas, apesar da formulação dos problemas e do recurso a estas autoridades para lhes dar resposta, Bernardes acaba por recusar o trabalho

---

<sup>5</sup> *De divina praedestinatione et reprobatione*, in *Opera omnia*, tomus I, Venetiis, apud Sebastianum Coletii, 1740.

especulativo, refugiando-se numa atitude de aceitação dos desígnios divinos insistentemente apresentados como misteriosos, insondáveis pela inteligência humana, inacessíveis, portanto, à nossa pobre capacidade intelectual. Como pode o discurso humano, que se move lentamente de ideia em ideia como "o andar da lagartixa pelo muro aos saltinhos" (p. 42) alcançar o relâmpago, "claríssimo e infinito" da inteligência divina? Por isso a atitude proposta perante as questões enunciadas, depois de apresentar algumas explicações lógicas, mas insatisfatórias, é a de recusa da pretensão de as compreender intelectualmente, limitando-se a aceitar pela fé o que a igreja ensina a esse respeito, considerando o seu carácter de mistério: "Os segredos da divina Providência e as razões de seu procedimento na eleição dos bons e reprovação dos ímpios são para nós um livro selado" (p. 37), guardam-se "no arquivo da sua sabedoria" (p. 78).

Consciente da complexidade das questões abordadas e também das perigosas conclusões a que o raciocínio em torno delas pode conduzir, Bernardes assume e aconselha explicitamente uma atitude prática e anti-especulativa: "o melhor é não se enredar um em pontinhos que lhe não importa saber, que isso será chamar pelo demónio que lhe venha fazer o nó mais cego, senão assentar consigo estes dous pontos que nos ensina a fé, a saber, que na nossa mão está o viver bem, e que vivendo bem nos salvamos. E logo ir passando à praxe destas verdades, deixando o especulativo" (p. 236).

## 2— O elevado número dos réprobos

Outra difícil questão abordada em *Os últimos fins* é a do reduzido número dos eleitos em contraste com a multidão dos réprobos. Mais uma questão cuja presença podemos rastrear em diversas obras de Bernardes.

Em *Pão partido*, à pergunta do secular sobre quais são mais numerosos, os que se salvam ou os que se condenam, responde o religioso: "Terrível ponto tocais! (...) Filho meu, Cristo, que é a mesma verdade, diz no Evangelho: Muitos são os chamados mas poucos os escolhidos. E noutra parte diz: Quão estreita é a porta da vida eterna, e poucos os que entram por ela; e quão largo e espaçoso é o caminho da perdição!" (p. 14)<sup>6</sup>. E a palavra da Escritura é em seguida confirmada por relatos de visões; relatos em que os quantitativos *muitos* e *poucos* da sentença evangélica aparecem representados de forma mais concreta. Assim, uma mulher que morreu subi-

---

<sup>6</sup> Cito pela edição impressa em Lisboa, na oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1757.

tamente, tendo ressuscitado, "declarou diante de todos como no instante em que ela expirara foram apresentadas no tribunal do Supremo Juiz mil almas que tinham partido deste mundo, e que de todas elas só três foram sentenciadas ao purgatório, e todas as mais ao inferno" (p. 15).

A esta indicação numérica da terrificante desproporção entre eleitos e réprobos acrescenta outro relato confirmativo de que é incontável a multidão dos que se condenam. Trata-se de um padre franciscano que "viu em espírito chover da terra almas no inferno tão espessas como quando as nuvens chovem em um dia de grande tempestade cerrada" (p. 16).

Voltamos a encontrar estas narrativas em *Os últimos fins* (p. 215). A elas alude Bernardes também na *Direcção para ter os nove dias de exercícios*<sup>7</sup>. Na primeira das meditações incluídas nesta obra, tratando o tema da salvação da alma, faz referência a "histórias das vidas de santos e pessoas veneráveis em virtudes" a quem Deus revelou aquele facto por meio do "símbolo de quando chove ou neva, significando que com a mesma multidão caem almas no inferno que gotas de água ou copos de neve sobre a terra" (pp. 151-152). E na meditação VI, especificamente sobre "os muitos que se perdem", alude a "várias revelações que Deus Nosso Senhor tem feito a seus servos nesta matéria", em que "sempre a multidão dos condenados se lhe representa tão inumerável que ficam atónitos e quase fora de si com a veemência da dor e lástima que seus corações padecem com tão terrível espectáculo" (p. 241).

Em *Os últimos fins* esta questão é tratada no último e mais longo capítulo da primeira parte, intitulado "Que são poucos os que se salvam e inumerável a multidão dos que se condenam". Um capítulo que se inicia com um apelo algo dramático do autor:

"A todos os que chegarem a ler o ponto que neste capítulo determino tratar rogo afectuosamente, por amor das entranhas de Nosso Senhor Jesus Cristo, que o leiam com atenção e desejo de tirar fruto para suas almas, e não à pressa, perfunctoriamente, e só por curiosidade ou por entreter as horas, porque é matéria esta que a todos e a cada um toca no negócio de maior importância, qual é o da nossa salvação eterna" (p. 194).

Mas, em contraste com o tom emotivo deste parágrafo inicial, o capítulo desenvolve o tema da superioridade numérica dos condenados em termos racionais, objectivos, chegando esta pretensão de objectividade a concretizar-se em estranhos cálculos matemáticos.

---

<sup>7</sup> *Direcção para ter os nove dias de exercícios*, in DIAS, J. S. da Silva — *A Congregação do Oratório em Portugal*, Coimbra, 1966. Cito sempre por esta edição.

O primeiro aspecto que se debate é o dos termos em que o problema deve ser equacionado. Assim, o autor faz notar que a resposta à pergunta sobre qual é mais elevado, o número dos que se salvam ou dos que se condenam, varia "conforme os diversos termos em que se armar a comparação, porque de quatro modos se pode esta fazer". E segue-se a análise da questão considerando estes quatro modos: 1.º — contar todas criaturas, anjos incluídos; 2.º — considerar todos os filhos de Adão; 3.º — contar só os católicos, incluindo os que morreram em criança; 4.º — levar em linha de conta apenas o número de católicos que atingiram o uso da razão.

Esta forma de equacionar o problema segue de perto o tratado de Francisco Suarez *De praedestinatione* (liber VI, cap. III).

Para a primeira hipótese, em que é incluída a multidão dos anjos, e para a terceira, que inclui as crianças baptizadas mortas antes do uso da razão, crianças cujo número Bernardes considera que "quase iguala o das mais pessoas" (teríamos assim uma mortalidade infantil de cerca de cinquenta por cento!), a conclusão é de que este elevado número de criaturas inocentes faz inclinar o prato da balança para o lado dos eleitos. Mas as outras duas hipóteses — considerar a totalidade dos homens ou a totalidade dos católicos adultos — não deixam, segundo o autor, lugar a dúvidas: o número dos que se condenam é muito superior ao dos que se salvam.

No primeiro destes casos a demonstração parece fácil: basta pensar no número dos não iluminados com a luz da fé cristã — judeus, maometanos, gentios e hereges — que constituem "quatro rios de infidelidade que têm alagada quase toda a terra". Bernardes limita-se a dar um exemplo, mas este muito eloquente, para que o leitor possa fazer uma ideia "do número inumerável de almas que estes rios estão perenemente a vazar nos abismos do inferno". O exemplo escolhido é o do vastíssimo e populoso império da China. Da já então abundante bibliografia publicada sobre a China, Bernardes limita-se a referir "uma descrição daquele império que saiu no ano de 1579", sem dar mais qualquer indicação esclarecedora da obra a que se refere <sup>8</sup>. E das informações acerca da China Bernardes retém apenas o número astronómico dos seus habitantes para dar uma pálida ideia da multidão incontável dos que se condenam por estarem fora da lei de Cristo.

A acumulação de dados numéricos que Bernardes aqui apresenta torna-se estonteante quando, logo em seguida, aborda um estranho problema: será o inferno suficientemente espaçoso para conter esta multidão

---

<sup>8</sup> Tentando identificar a relação sobre a China a que Bernardes se refere neste passo, não encontro nenhuma que tenha sido publicada em 1579. Admito, por isso, a hipótese de se tratar de um lapso na indicação da data, podendo a obra referida ser o *Tratado sobre as cousas da China* do Padre Gaspar da Cruz, publicado em 1569.

de condenados? E a resposta passa por uma série de cálculos aritméticos até se chegar à conclusão de que cabem à vontade no inferno "mil e duzentos e cinquenta contos de contos de corpos condenados, (por algarismo 1 250 000 000 000 000) que é um número espantoso" (p. 197).

Se a questão formulada é surpreendente, mais ainda nos surpreende a conclusão a que o autor chega. Mas note-se que a concepção do inferno como um lugar concreto, localizável com exactidão no centro da terra, é uma concepção generalizada no tempo de Bernardes<sup>9</sup>. E os cálculos e conclusões que apresenta não são desvarios de mente perturbada, mas citações de comentaristas bíblicos a que ele, como tantos outros autores do seu tempo, recorre com frequência, como Cornelius a Lapide, e de outros autores de reconhecida autoridade na época, como o jesuíta Leonardo Lessio, em cuja obra *De perfectionibus moribusque divinis* (1620) encontramos o mesmo tipo de cálculos aritméticos acerca da capacidade do inferno — *Quanto inferorum capacitas*.

A confirmação da sua tese do reduzido número dos eleitos fundamenta-a Bernardes em passos da Sagrada Escritura, interpretados literal ou alegoricamente, e em textos de Padres da Igreja, sendo Santo Agostinho o autor mais frequentemente citado. A estes argumentos de autoridade acrescenta Bernardes o que considera razões de ordem lógica. Em primeiro lugar, a dificuldade dos meios de salvação, dificuldade que sintetiza nesta frase: "Sem diligência nossa, é certo não entraremos no céu; e com diligência o entrarmos é incerto" (p. 218). Em segundo lugar, o não cumprimento da lei de Deus pela maior parte dos homens, sendo a conversão à hora da morte uma graça que considera muito duvidosa, dependente exclusivamente do arbítrio de Deus que "a pode usar com quem for seu beneplácito" (p. 232), "de tal sorte que, se Deus a dá, sempre é misericórdia sua (...); se lha nega, sempre é pelos seus pecados" (p. 228). E como os pecados do homem são uma realidade indesmentível, a conclusão é muito pouco tranquilizadora.

Mas a função desta obra, como o autor declara, não é a de tranquilizar, mas sim a de inquietar:

"Não é composto este livro para moribundos, aos quais se há-de meter muita confiança em Deus; é composto para vivos, aos quais se há-de meter muito temor de Deus. Não me receio de desesperados, senão de presumidos" (p. 218).

Com este objectivo de inspirar o temor de Deus perante a incerteza da salvação mobiliza Bernardes processos que lhe são habituais — citação

---

<sup>9</sup> Sobre concepções e descrições do inferno na época barroca vd. Piero Camporesi, *L'enfer et le fantasme de l'hostie: une théologie baroque*, Paris, 1989.

de autoridades, interpretação alegórica de textos vários, narrativas exemplares, argumentação silogística — e outros que são menos frequentes, como o recurso a impressionantes dados numéricos. Em relação ao tratado de Francisco Suarez nota-se em Bernardes uma posição mais pessimista, não só no intensificar da desproporção entre eleitos e réprobos como no acentuar dos obstáculos que se opõem à salvação. No seu conjunto a demonstração da sua tese da incomparável superioridade numérica dos condenados situa-se em *Os últimos fins* predominantemente no plano da argumentação intelectual, ao contrário do que se verifica noutras obras suas em que a demonstração da mesma tese mobiliza essencialmente elementos de carácter afectivo.

### 3 — A angústia da incerteza da salvação

Em todos os textos de Bernardes — quer sejam meditações, exposições doutrinárias, sermões, ou comentários — o autor se nos apresenta dominado por esta angústia e tentando comunicá-la aos seus destinatários.

Que a salvação de qualquer alma é incerta demonstra-o repetidamente, recorrendo a diversos argumentos. Em *Os últimos fins*, afirmando embora que o estado religioso "é o caminho mais direito e seguro para a salvação", não deixa contudo de dedicar um capítulo à demonstração de "que em nenhum estado há segurança de salvação". Esta demonstração reduz-se praticamente à apresentação de narrativas exemplares comprovativas da condenação de almas pertencentes a classes de que mais seria de esperar a salvação: apóstolos, sumos pontífices, religiosos e crianças.

Mas noutras obras concedeu Bernardes maior desenvolvimento a esta ideia. Veja-se, por exemplo, em *Exercícios espirituais*, a meditação VII do Exercício II. Este exercício é dedicado à consideração das misérias da vida humana. Entre essas misérias inclui-se precisamente "a incerteza que padecemos de nossa salvação", tema da meditação VII. Recorrendo ao habitual processo analítico de divisão do tema em pontos a serem meditados, Bernardes considera, no primeiro ponto, as circunstâncias que determinam esta incerteza. Em primeiro lugar as que decorrem da natureza pecadora do homem que "de um para outro instante pode abraçar o pecado e perder a graça de Deus; e se a morte o emprende neste infeliz estado, sua condenação é certa". Depois as que advêm das demais criaturas, encaradas como incentivos ao pecado: "são tantas as ocasiões de cair o homem, tantos os laços do inimigo, tantos os escândalos com que uns aos outros nos estamos arruinando, e está o mundo tão cheio de malícia e os caminhos da virtude tão pouco frequentados, que cada alma que se salva parece um milagre da

omnipotência divina e pura força da predestinação de tal alma". Finalmente as mais problemáticas, as que decorrem da vontade soberana de Deus. O que coloca inevitavelmente a difícil questão da predestinação que Bernardes aqui refere de forma muito breve e como que temendo abordá-la. Se, como já vimos, em *Os últimos fins* a recusa da atitude especulativa surge após várias considerações sobre o problema, nesta meditação, ao contrário, tal atitude não chega sequer a ser esboçada, sendo substituída por uma declaração de humilde aceitação dos misteriosos desígnios de Deus.

Mas o momento mais dramático desta meditação é aquele em que se considera "quão penosa e cheia de aflição é para uma alma esta incerteza". E o discurso do autor expande-se numa linguagem emotiva que traduz essa aflição: "Ah, Senhor! Uma vez que era impossível não serdes vós infinito bem, para que quisestes que o perderem-vos as almas fosse tão possível? Já que vossa glória e fermosura é tão grande, porque havia de ser tão grande o perigo de a não lograrmos?" A possibilidade da salvação e, simultaneamente, a possibilidade de não a alcançar constituem uma preocupação obsidiante, expressa numa linguagem reiterativa, tecida de repetições e antíteses, no constante contrapor de salvação e condenação:

"(...) saber uma pessoa, por uma parte, que é possível não se salvar e por outra que o salvar-se era possível; constar-lhe que na sua mão está conseguir esta ventura e que da sua mão pode cair-lhe; aqui se dobra e reforça o tormento desta incerteza. Oh possível de minha salvação, que por uma parte me parece dulcíssimo, por outra amargosíssimo! É possível o salvar-me? Grande consolação, grande alegria! Mas se não me salvar, haver sido possível o salvar-me? Grande tormento, remorso intolerável! Para que pode ser a salvação que não havia de ser? Para que estive o paraíso aberto se não havia de entrar por ele? De que me serviu na mão a chave deste tesouro se havia de perdê-lo?"

E nesta angustiosa incerteza de ser ou não ser do número dos escolhidos por Deus se desenrola a vida do cristão consciente, segundo o itinerário que dessa vida encontramos desenhada na obra de Bernardes.

Um itinerário em que se apontam também alguns lenitivos para esta angústia. Em primeiro lugar, precisamente a meditação dos novíssimos, forma de ter presente o destino extraterreno da alma e de assim consciencializar a necessidade de se preparar para ele. A este primeiro passo na senda da purificação da alma e da sua preparação para a eternidade acrescenta-se uma espiritualidade essencialmente cristocêntrica, que faz da reden-

ção conquistada pela paixão de Cristo o fundamento da esperança do cristão. A figura de Cristo redentor associa-se a da Virgem, imagem de intercessão e protecção maternal, advogada dos pecadores.

Assim o homem pecador, despertado pela meditação para a consciência do destino eterno que o espera, crendo na força salvífica da paixão de Cristo e confiando na intercessão misericordiosa da Virgem, encontra algum refrigério para a angustiante incerteza da sua salvação.

A estes lenitivos poder-se-á acrescentar um outro — os sufrágios pelas almas dos que morreram <sup>10</sup>. Uma das meditações de *Exercícios espirituais* (Exercício V, meditação X) trata precisamente deste tema: "Quão justo e louvável é socorrerem os vivos aos defuntos com sufrágios". A consciência de que a alma humana, mesmo se cumpridora da lei de Deus, é profundamente marcada por imperfeições de que terá que se purificar no purgatório, bem como a visão terrificante deste lugar de sofrimento, confere um carácter de veemência aos seus apelos a esta obra de misericórdia que é o sufrágio pelos fiéis defuntos.

Creio estar nesta obsessiva preocupação do autor a explicação de um facto biográfico a que Coimbra Martins deu em tempos bastante relevo e uma interpretação que me parece inaceitável. Em artigo publicado na revista *Colóquio* <sup>11</sup> e no prefácio à antologia da obra de Bernardes a que deu o título de *Leituras piedosas e prodigiosas* <sup>12</sup>, Coimbra Martins chama a atenção para o facto, relatado pelo carmelita Fr. Manuel de Sá, um dos censores de *Estímulo prático*, de Bernardes ter ingressado, em 1708, na Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo <sup>13</sup>. Neste facto vê aquele crítico a

---

<sup>10</sup> Sobre a prática do recurso a indulgências, nos séculos XV-XVIII, para reduzir a duração das penas do Purgatório vd. DELUMEAU, J. — *Rassurer et protéger. Le sentiment de sécurité dans l'Occident d'autrefois*. Paris, Fayard, 1989, pp. 352-384.

Consultando a utilíssima *Bibliografia cronológica da literatura de espiritualidade em Portugal 1501-1700* (Instituto de Cultura Portuguesa, Porto, 1988), encontramos várias obras reveladoras da consciência seiscentista da necessidade de sufrágios pelas almas do purgatório: REBOREDO, Amaro de — *Socorro das almas do purgatório*, (1620, 1627 e 1645); ROA, Martín de — *Estado de las almas de purgatório* (1621, 1624, e 1627); AMARAL, António Cardoso do — *Devocionário da Virgem Senhora nossa, socorro das almas do purgatório* (1627); a volumosa *Silva de sufrágios* de Fr. António da Natividade (1635, com tradução castelhana em 1666); AZEVEDO, Nicolau Maia de — *Rosário das almas do purgatório* (1643).

<sup>11</sup> — Cf. *Colóquio*, n.º 13, Abril de 1961.

<sup>12</sup> BERNARDES, P.<sup>c</sup> Manuel — *Leituras piedosas e prodigiosas*. Selecção, introdução, cronologia, bibliografia e notas por António Coimbra Martins. Lisboa, Livraria Bertrand, s/d.

<sup>13</sup> "/O Padre Manuel Bernardes/ também ilustrou a minha Religião com o afecto, fazendo-se seu filho, pois professou neste Real Convento para irmão da Venerável Ordem Terceira, aos 24 do mês de Agosto de 1708." (Cf. "Parecer" de Fr. Manuel de Sá, in *Estímulo prático para seguir o bem e fugir o mal*, Lisboa Ocidental, na oficina de António Pedroso Galvão, 1730).

confirmação da sua tese da tendência de Bernardes para uma espiritualidade essencialmente contemplativa, perigosamente próxima de certas correntes heterodoxas, sugerindo mesmo a existência de conflitos entre esta tendência e a espiritualidade mais pragmática da Congregação do Oratório a que o autor pertencia. Não sendo este o momento oportuno para debater em pormenor esta tese, recordarei apenas que a Ordem Terceira do Carmo (como de outras ordens religiosas) nada tem a ver com espiritualidade de pendor contemplativo. O conhecimento dos estatutos desta Ordem Terceira, publicados em 1715, compilando as regras aprovadas pelas autoridades eclesiásticas em 1666 e disposições posteriores a esta data <sup>14</sup>, informam-nos das condições exigidas dos candidatos ao ingresso na Ordem, das suas obrigações e dos seus direitos. As condições são pouco exigentes: limpeza de sangue, que não tenha cometido nenhum crime infamante, que não tenha "ofício muito mecânico", que tenha idade inferior a 50 anos, embora se admitam excepções. Bernardes terá sido uma dessas excepções, pois em 1708 tinha já 64 anos. Mas o que me parece significativo neste episódio, a darmos crédito ao testemunho de Fr. Manuel de Sá, é que os benefícios de que, segundo os Estatutos, usufruem os membros da Ordem Terceira do Carmo consistem essencialmente em sufrágios. Assim, dispõe o cap. 28 que, quando falece um dos irmãos, "se lhe dirão por sua alma 50 missas e um nocturno"; além disso, celebrar-se-á em dia de Santo André (30 de Novembro) um ofício solene e 60 missas pelos irmãos defuntos (cap. 36). No conjunto das disposições estatutárias, é este cuidado com os sufrágios pelos irmãos falecidos que me parece susceptível de ter despertado o interesse de um espírito tão angustiadamente obcecado com o destino da alma como Bernardes.

Se a estas disposições estatutárias acrescentarmos o uso do escapulário de Nossa Senhora do Carmo, acessível a todos os fiéis, mas característico dos membros da Ordem Terceira, e lembrarmos o conjunto de indulgências e garantias de salvação associadas ao seu uso <sup>15</sup>, teremos mais

---

<sup>14</sup> *Estatutos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, na oficina de Miguel Manescal, 1715.

<sup>15</sup> Sobre a devoção do escapulário como forma de protecção na vida extraterrena, sobretudo na redução da duração das penas do purgatório, vd. Jean Delumeau, *op. cit.*, pp.385-389.

Sobre as abundantes indulgências concedidas por vários pontífices aos membros da Ordem Terceira do Carmo vd. *Compêndio da regra dos irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo*, Lisboa, na oficina de Miguel Manescal, 1685. A concessão destas indulgências apresenta-se dependente do uso constante do escapulário, do qual se afirma: "E o sagrado escapulário em si {como diz Teófilo Raynaudo} um penhor e sinal de abundância da graça auxiliante, pedida e alcançada pela Virgem para todos os seus irmãos." (pp. 27-28). Além das indulgências enumeradas, indica-se ainda o chamado "privilégio sabatino" como graça específica dos irmãos Terceiros e confrades do Escapulário do Carmo.

um elemento a confirmar a hipótese de o ingresso de Bernardes na Ordem Terceira do Carmo ser, de certo modo, a busca de um lenitivo para a sua angústia com o problema da salvação.

Uma angústia que inspirou a maior parte da sua obra, que se sublimou em algumas páginas de grande beleza literária, que o conduziu provavelmente, a partir desse ano de 1708, a um acentuado processo de degradação psíquica que se irá agravando até à sua morte, em 1710. Os seus primeiros biógrafos apresentam este episódio final da sua vida como uma graça que teria solicitado a Deus <sup>16</sup> — a perda da razão antes de morrer para não cair em pecado; o regresso a um estado de inocência que pudesse tomar menos incerta a tão incerta salvação da alma.

---

<sup>16</sup> "Sempre pedia a Deos que o pusesse no estado de innocencia antes de lhe vir a morte. A razão por que insistia nesta supplica era o grande cuidado que lhe dava o ponto da predestinação, o que lhe nascia de ter o juízo muito vivo e especulativo, e temia na hora da morte alguma duvida sobre os muitos pontos que lhe turbasse ou inquietasse o espirito e pella mesma causa fugia de discorrer em tal matéria." (Cf. "Noticias para a vida do Padre Manoel Bernardes da nossa Congregação do Oratório de Lisboa, escritas pelo Padre Bernardo Lopes da mesma Congregação", in LIMA, Ebion de — *O Padre Manuel Bernardes: sua vida, obra e doutrina espiritual*, Lisboa, Moraes Editores, 1969.